

# Cimi quer fortalecer a luta dos índios em 85

ROSANE GARCIA  
Da Editoria Nacional

Contribuir para o fortalecimento do movimento indígena, exigir a demarcação das terras e reforçar alianças com setores populares na luta em favor dos índios brasileiros, são alguns compromissos expressos, em documento divulgado esta semana, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para o próximo ano. Em relatório, em que analisa o desempenho da política indigenista executada em 84, a entidade reafirma ainda a sua disposição de continuar exigindo a revogação dos decretos 88.118/83 e 88.985 que, respectivamente, retira da Fundação Nacional do Índio a competência para definir as terras indígenas e permite o ingresso de mineradoras nas reservas tribais.

O Cimi - diz o documento - "confia que uma nação redemocratizada vai entender a tutela dos índios como assistência especial a grupos culturalmente diferentes da maioria da sociedade nacional, como está previsto no Estatuto do Índio. Somente um Brasil multiétnico corresponde à formação histórica do País e à sua realidade atual. A reconstrução nacional, a transformação do regime autoritário e a reorientação do desenvolvimento excludente serão resultado da capacidade de somar as forças populares, resultado de um novo pacto social, que não será de trégua das vítimas do regime de 64, mas de redefinição de objetivos políticos e estruturas sociais".

Em breve retrospectiva do que representou o ano de 84 para os povos indígenas, o Cimi destaca como "facanha", o órgão tutor ler "em um ano só, três presidentes", sendo o atual dirigente, Nelson Marabuto Domingues, o sexto no governo Figueiredo e o nono desde a criação do órgão em 1967. "Ligada atualmente a um ministério desenvolvimentista prossegue o Cimi - como o do Interior, a Funai não tem autonomia para cumprir sua principal função: demarcar as terras indígenas. Desde fevereiro de 1983, com a assinatura do Decreto 88.118, essa decisão depende de um grupo

de trabalho composto por defensores de interesses contrários aos dos índios. Em 1984, com a concretização desse "grupão", as reivindicações indígenas estagnaram quanto à questão da terra. O próprio presidente do órgão, Nelson Marabuto, tem reconhecido publicamente o fracasso da política indigenista oficial, que considera um blefe".

Apesar das autoridades admitirem que para os índios o problema da terra é crucial, dos 52 processos enviados ao grupão desde a sua constituição, apenas 11 foram parcialmente solucionados. Assim, a questão das demarcações se agravaram ainda mais quando no início deste mês, o representante do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, coronel Gilberto Pimentel, em repúdio à presença do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) e de líderes Kaingang, abandonou a reunião, em franco desrespeito à presença do presidente da Funai, em documento, designado para coordenar as atividades do grupão.

Não menos graves foram as consequências da corrida aos minérios em terras indígenas, deflagrada a partir do Decreto 88.985. "Foi um dos grandes marcos da violência contra esses povos minoritários", salienta o Cimi. Embora o decreto presidencial não tenha sido regulamentado, isso não impediu a entrada desordenada de garimpeiros e empresas em muitas áreas. "No território Yanomami, em Roraima - lembra o Cimi - essas invasões de garimpeiros provocaram a morte de vários índios, sem falar em doenças e outras interferências negativas. A violenta reação dos índios Kurubo, no Vale do Javari, Amazonas, que, em 5 de setembro deste ano, assassinaram um sertanista e um funcionário da Petrobras, e os protestos de indigenistas, missionários e antropólogos não conseguiram barrar a penetração desordenada da estatal petrolífera em áreas indígenas, nem mesmo em terra de grupos arredios, que vivem sem contato com a sociedade nacional".

Este ano foi marcado também pelo agravamento dos conflitos, que tive-

ram como base a questão da terra. No sul da Bahia, os Pataxó Hã-Hã-Hãe continuam sitiados por verdadeiros exércitos de jagunços e capangas dos fazendeiros invasores. A polícia baiana, estadual e federal, ao invés de desarmar os intrusos e proteger a comunidade indígena, tem se mantido omissa e, em algumas ocasiões, conivente com a violência contra os índios. Situação semelhante vivem os índios Kiriri, ao norte do Estado. Em Santa Catarina, município de Chapecó, os índios Kaingang também experimentam o mesmo confinamento a que estão submetidos os Pataxó. No norte de Goiás, os Apinajé têm sido vítimas da violência de quase três mil invasores e do descaso dos órgãos federais, tais como Getat e Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Mesmo com tantos problemas, os povos indígenas não se deixaram abater. "Se os impasses e a violência aumentaram muito em 1984 - salienta o Cimi - também cresceu a reação dos povos indígenas. Em abril, realizou-se, em Brasília, uma assembléia que reuniu mais de 400 líderes de todo o País, para manifestar contra os desmandos da política indigenista oficial. Nesse encontro, a União das Nações Indígenas saiu fortalecida e teve condições de fincar raízes em várias aldeias e regiões do Brasil. Paralelamente a isso, as lideranças do Parque do Xingu, cartão postal da política indigenista oficial, fecharam a estrada que atravessa o território dos 16 povos que vivem ali para a exigir a demarcação de suas terras e a demissão do então presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima".

Ainda neste ano, conforme destaca o Cimi, pela primeira vez os índios conquistaram postos importantes na Funai. Em várias regiões, grupos indígenas organizados recuperaram terras usurpadas por fazendeiros, como os Krenak, de Minas Gerais, e os Kayowá, da Fazenda Paraguacu, em Mato Grosso do Sul.

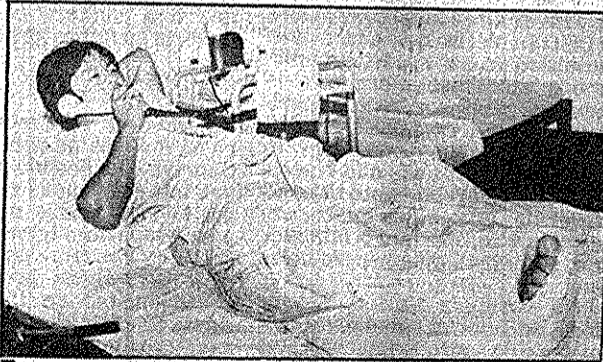
"Quanto ao futuro da causa indígena - assinala o Cimi - pesam os desacertos e as violências de um longo passado. Nem por isso, esse futuro é inviável".

## Marcos Terena sofre acidente

O chefe de gabinete da Fundação Nacional do Índio, Marcos Terena, vítima de acidente automobilístico na madrugada do último sábado, internado no Hospital Sarah Kubitschek por ter afetado o ligamento do joelho direito, receberá alta amanhã. Ele se dirigia para a sua aldeia, Posto Indígena Taunay, em Mato Grosso do Sul, quando, a 15 quilômetros do município goiano de Rio Verde, o seu carro capotou, ferindo-o no joelho e a seu irmão, Carlos Terena, no tórax. A sua mulher, Marlene Lobo, que dormia no banco traseiro do automóvel, continuará internada na Unidade de Terapia Intensiva daquele hospital. Ela sofreu diversas fraturas em oito costelas, no úmero do braço direito, no joelho direito, na clavícula esquerda e no maxilar, além de várias escoriações generalizadas.

O estado de Marlene Lobo, embora mereça maiores cuidados, segundo informou o Hospital, não é grave, estando consciente e conseguindo, com bastante dificuldade, conversar. Conforme Marcos Terena, eles iriam passar o fim do ano com seus familiares na aldeia. Além disso, ele levava em sua bagagem filmes e uma taça para premiar o vencedor de um campeonato intertribal que aconteceria em Taunay. "Este encontro - contou

BRITO



Terena machucou-se pouco, sua mulher está na UTI.

ele - serviria também para fazer uma avaliação do meu trabalho pelos índios Terena e para discutirmos uma forma de melhorar o relacionamento entre os Terena e Brasília".

### DENÚNCIA

Marcos Terena, mesmo passando bem, estava muito indignado com a postura da empresa Líder no Aeroporto Internacional de Brasília. Trazido a esta capital por uma aeronave da Funai, ao chegar ao Aeroporto, ele já havia solicitado uma ambulância. Entretanto, os funcionários da Líder negaram a abrir o portão de acesso à pista de voo, impedindo o ingresso da ambulância que transportaria Marcos Terena e sua família até o Hospital de Base, onde receberiam

atendimento até serem removidos para o Sarah.

Conforme ele esta é a segunda vez que a Líder procede desta forma. A primeira vez, ocorreu no início deste mês quando a empresa não deixou a ambulância ter acesso à pista para receber o índio Antônio Júlio da Silva, ferido com dois tiros na cabeça, em conflito de terra no Sul da Bahia.

### VISITA DO MINISTRO

Hoje pela manhã o primeiro a visitar Marcos Terena foi o ministro do Interior, Mário Andreazza. O Ministro lhe desejou pronto restabelecimento, dizendo que a sua presença é indispensável na Funai, principalmente neste momento em que o órgão se defronta com uma série de conflitos, em função das questões de terra.